

Adjunta da Secretária de Estado da Justiça do XX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo, tendo sido designada para substituir a Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (30/10/2015 a 25/11/2015).

Técnica Especialista do Secretário de Estado da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo (30/12/2013 a 29/10/2015).

Adjunta do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública e património, tendo sido designada para substituir a Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (01/09/2011 a 29/12/2013).

Técnica Verificadora Superior de 1.ª Classe do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

Exercício de funções no Departamento de Controlo Prévio, com a responsabilidade de emissão de pareceres sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia, pelas entidades públicas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, em matéria de contratação pública, parcerias público-privadas e endividamento público (2001 a 2011).

Exercício de funções no Departamento de Controlo Concomitante com a responsabilidade de realização de auditorias na área da despesa pública e recrutamento de pessoal (1999-2001).

Assessoria jurídica no núcleo de apoio técnico do Diretor-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (março de 1997 a junho de 1999).

Exercício de Advocacia (1995-1999).

209443056

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Despacho n.º 4190/2016

Manutenção e designação de chefes de equipa multidisciplinar

Considerando que:

1) O Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, que aprovou a orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), adotou, nos termos do artigo 9.º, um modelo misto de organização interna, prevendo a existência de uma estrutura matricial agrupada por centros de competências.

2) No desenvolvimento daquele decreto-lei, foi publicada a Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, que determinou a estrutura nuclear e as competências das unidades orgânicas dos serviços centrais, estabeleceu o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços centrais, o número máximo dos cargos de direção intermédia de 2.º grau respeitantes aos serviços desconcentrados, e no seu artigo 12.º, fixou em quatro a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares;

3) Por meu despacho de 26 de fevereiro, embora mantendo os centros de competências criados pelo Despacho n.º 10091/2013, publicado em DR, n.º 147, de 1 de agosto, procedeu-se à alteração da denominação do anterior Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas (CCOTDAE), para Centro de Competências de Estudos para Modernização e a Dinamização das Atividades Económicas (CEMDAE), e foram atribuídas novas competências;

4) Importando continuar a garantir o pleno funcionamento dos centros de competências, designadamente no que respeita ao exercício das funções de chefia, determino:

a) A manutenção no exercício das respetivas funções de chefe da equipa multidisciplinar dos trabalhadores que a seguir se indicam, designados pelo Despacho n.º 10018/2013, 31 de julho, para os correspondentes centros de competências:

i) Licenciada Regina Maria Borges Branco, técnica superior desta Direção-Geral, para os projetos do Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional (CCGPATP), com estatuto remuneratório equiparado a diretor de serviços da DGRSP;

ii) Licenciado Jorge Filipe Sanches Monteiro, técnico superior desta Direção-Geral, para os projetos do Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos (CCGPP), com estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão da DGRSP;

iii) Licenciada Erica Oliveira Grilo Santos Cardoso, técnica superior, pertencente ao mapa de pessoal do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., para os projetos do Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde (CCGCS), com estatuto remuneratório equiparado a diretor de serviços da DGRSP.

b) A designação, ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 03 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, e no artigo 12.º da Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, para o cargo de chefe da equipa multidisciplinar dos projetos do Centro de Competências de Estudos para Modernização e a Dinamização das Atividades Económicas (CEMDAE) da licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes, técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, atualmente em mobilidade na categoria nesta direção-geral, com estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão da DGRSP, podendo optar pela remuneração base da categoria de origem;

5) A trabalhadora designada reúne os requisitos legais ao provimento no cargo, sendo possuidora de competência técnica, aptidão e experiência profissional adequada ao seu exercício, evidenciada na síntese curricular anexa, que faz parte integrante deste despacho.

6) A Chefe de Equipa agora designada são cometidas as competências fixadas para os titulares de cargos de direção intermédia, estabelecidas pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro.

7) O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016. Publique-se.

1 de março de 2016. — O Diretor-Geral, *Celso Manata*.

209442724

Despacho n.º 4191/2016

1 — O Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro, definiu a missão, atribuições e modelo de organização interna da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais do Ministério da Justiça, tendo, por sua vez, a Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, no desenvolvimento do regime previsto naquele decreto-lei, fixado a sua estrutura nuclear, bem como as respetivas competências e estabelecido, no seu artigo 10.º, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

2 — O Despacho n.º 9954/2013, de 11 de julho de 2013, do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, publicitado em DR, n.º 145, de 30 de julho, criou as unidades orgânicas flexíveis dos Serviços Centrais e definiu as correspondentes atribuições e competências.

3 — Decorridos quase três anos após a implementação da atual estrutura e a experiência entretanto adquirida ao longo da vigência daquele despacho, as alterações no quadro legal envolvente entretanto ocorridas, com especial relevância para as medidas restritivas num quadro de contenção orçamental, a complexidade processual que atualmente trespassa os simples procedimentos aquisitivos, as recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção Geral dos Serviços de Justiça, considera-se necessário que se proceda urgentemente e com caráter provisório a alguns ajustamentos na estrutura orgânica flexível da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

4 — Assim, atentos os princípios da unidade, eficiência e eficácia da Administração Pública, e no uso de competência própria e para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o estatuído no artigo 10.º da Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, determino o seguinte:

a) O n.º 5, do referido Despacho n.º 9954/2013, passa a ter a seguinte redação:

«5 — A Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais (DSRFP) compreende as seguintes divisões:

- a) Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental;
- b) Divisão de Compras Públicas;
- c) Divisão de Património;
- d) Divisão de Planeamento de Compras Públicas

5.1 — (sem alterações)

5.2 — A Divisão de Compras Públicas (DCP) compete:

a) Promover a aquisição de bens e serviços não integrados em processo de agregação ou fora do Sistema Nacional de Compras Públicas, em articulação com as demais unidades orgânicas em razão das respetivas competências, assegurando a execução dos respetivos procedimentos;

b) Analisar e emitir parecer prévio à aprovação superior, dos contratos a formar nos serviços desconcentrados;

c) Assegurar a execução dos procedimentos legais necessários à concretização das ações de manutenção e reparação de equipamentos e de infraestruturas, exceto frota automóvel, em articulação com as competentes unidades orgânicas;

d) Organizar, manter atualizada e publicitar a informação estatística a reportar a entidades externas no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Código dos Contratos Públicos (CCP);

e) Organizar e remeter ao Ministério das Finanças e da Administração Pública os processos de contratos de prestação de serviços, que nos termos legais lhe devam ser presentes;

f) Promover a aquisição centralizada de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGRSP, cujos procedimentos não sejam conduzidos pela Unidade Ministerial de Compras, elaborar os respetivos instrumentos pré-contratuais, formar os contratos e monitorizar a sua execução, em articulação com as unidades orgânicas destinatárias dos fornecimentos;

g) Propor e pugnar pela aplicação de metodologias e normas procedimentais a observar no âmbito da contratação pública;

h) Colaborar com a UCMJ e IGFEJ, I. P., no desenvolvimento de processos em que seja cocontratante a DGRSP, integrando os júris dos respetivos procedimentos;

i) Organizar e manter atualizada a plataforma de suporte aos processos de gestão contabilística e financeira no âmbito das competências da divisão e assegurar a monitorização dos processos desenvolvidos nos centros financeiros.

5.3 — (sem alterações)

5.4 — A Divisão de Planeamento de Compras Públicas (DPCP) compete:

a) Organizar e coordenar, em articulação com as restantes unidades orgânicas, as ações necessárias à elaboração de estudos de previsão e planeamento das aquisições para a DGRSP, designadamente a agregação de necessidades de bens e serviços;

b) Planificar modelos de rentabilização e gestão das aquisições por categorias, que de forma programática considerem as especificidades das unidades orgânicas destinatárias;

c) Promover a aquisição de bens e serviços não integrados em processo de agregação ou fora do Sistema Nacional de Compras Públicas, para anos futuros, em articulação com as demais unidades orgânicas em razão das respetivas competências, assegurando a execução dos respetivos procedimentos;

d) Promover a aquisição centralizada de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGRSP, para anos futuros, cujos procedimentos não sejam conduzidos pela Unidade Ministerial de Compras, elaborar os respetivos instrumentos pré-contratuais, formar os contratos e monitorizar a sua execução, em articulação com as unidades orgânicas destinatárias dos fornecimentos;

e) Colaborar com a UCMJ e IGFEJ, I. P., no desenvolvimento de processos, para anos futuros, em que seja cocontratante a DGRSP, integrando os júris dos respetivos procedimentos;

f) Organizar e remeter à tutela das Finanças e da Administração Pública os processos de contratos de prestação de serviços, que nos termos legais lhe devam ser presentes, no âmbito das suas atribuições;

g) Propor e pugnar pela aplicação de metodologias e normas procedimentais a observar no âmbito da contratação pública;»

b) É revogada a alínea a) e o ponto 3.1, do n.º 3 do referido Despacho n.º 9954/2013.

c) O disposto no presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

1 de março de 2016. — O Diretor-Geral, *Celso Manata*.

209442749

CULTURA

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Despacho n.º 4192/2016

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público, que por meu despacho, datado de 4 de janeiro de 2016, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na categoria, da técnica superior Daniela Margarida Pinto Esteves Sousa Gaspar, oriunda do Mapa de Pessoal do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, passando a colaboradora a ocupar um posto de trabalho no Mapa de Pessoal do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, na Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, produzindo efeitos na mesma data a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado,

mantendo-se entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória e entre os níveis remuneratórios 23 e 27, assim detidos na situação jurídico-funcional de origem.

9 de março de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor*.

209445105

Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Aviso n.º 3956/2016

Procedimento concursal comum para o recrutamento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira unicategórica de técnico superior

Publicitação de lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos e convocação dos candidatos para a realização da prova escrita de conhecimentos

No âmbito do concurso interno de ingresso para recrutamento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira unicategórica de técnico superior, aberto pelo aviso n.º 14083/2015, publicado no *Diário da República* n.º 236, 2.ª série, de 2 de dezembro, informam-se todos os candidatos, para cumprimento do disposto no artigo 30.º n.º 3 alínea d) da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, que a lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos se encontra afixada no edifício sede da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), sita no Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa, e disponibilizada na sua página eletrónica em www.igac.pt (no separador “A IGAC — procedimentos concursais”). Notificam-se, ainda, os candidatos, para cumprimento do disposto no artigo 32.º n.º 1 da mesma Portaria n.º 83-A/2009, para a realização do primeiro método de seleção, a prova escrita de conhecimentos, que terá lugar no dia 15 de abril de 2016, com início às 15 horas, nas instalações da sede da IGAC.

16 de março de 2016. — O Inspetor-Geral das Atividades Culturais, *Luís Silveira Botelho*.

209444839

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Despacho n.º 4193/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunta no meu Gabinete a licenciada Ana Maria Alves Pereira, técnica superior da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 9 de março de 2016.

3 — O presente despacho revoga o meu Despacho n.º 2062/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 10 de fevereiro.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

15 de março de 2016. — A Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo*.

Nota Curricular

Nome: Ana Maria Alves Pereira.

Dados pessoais: nasceu a 15 de abril de 1983.

Habilitações académicas:

Licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho.

Pós-graduação em Ciências Documentais — Ramo Biblioteca, pela Faculdade da Letras da Universidade de Coimbra.